



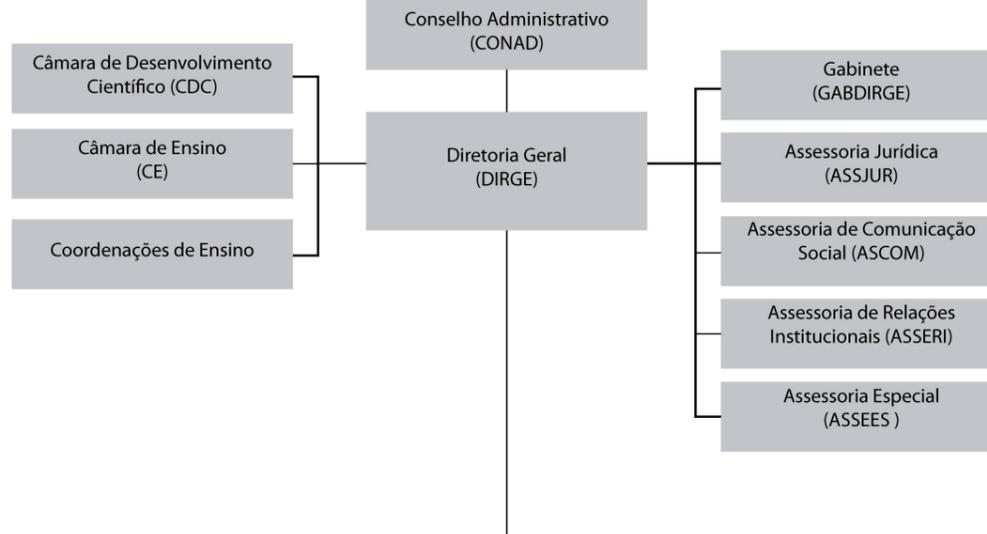
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

ANEXO I

ORGANOGRAMA ESMPU







MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

ANEXO II

PROGRAMAS ACADÊMICOS E EMENTAS



PROGRAMAS ACADÊMICOS E EMENTAS

SEQ.	PROGRAMA	EMENTA
1	Consumo, Meio ambiente e sustentabilidade	<p>Nos aproximamos rapidamente da marca dos 8 bilhões de habitantes no planeta, já não há vazios demográficos. As sociedades contemporâneas se definem mais do que tudo como “sociedades de consumo”, habitantes de um mundo com recursos naturais cada vez mais escassos. Se a dominação da natureza foi a marca civilizatória histórica da humanidade, os desafios da contemporaneidade são os de estabelecer os limites éticos, morais e materiais dessa relação homem x natureza e a construção das bases do que podemos denominar cidadania socioambiental.</p> <p>A noção de democracia socioambiental é recente, nasce e se desenvolve juntamente com a necessidade de superação dos problemas ambientais decorrentes da modernidade, que introduz a ideia de sociedade do risco. A própria noção de risco e de construção social do risco é indissociável de uma construção democrática socioambiental, como elemento de convergência e articulação entre biodiversidade e sociodiversidade.</p> <p>Percepção e construção social do risco e democracia socioambiental exigem reflexão e debates sobre meio ambiente, recursos ambientais e conservação ambiental, consumo e desenvolvimento, direitos econômicos, sociais, culturais, territoriais e modos de vida tradicionais.</p>



2	Corrupção, improbidade e criminalidade	<p>O estudo da corrupção contemporânea abrange sua conceituação, o papel da globalização, as formas de manifestação, os impactos sobre o Estado e a implementação de políticas públicas, os modos de enfrentamento, os desenhos institucionais e as fórmulas de cooperação jurídica na temática. O cerne da presente abordagem é a corrupção na contemporaneidade, com foco na globalização e na democracia e proteção de direitos humanos. A globalização acarretou a diminuição das barreiras aos fluxos entre os Estados, o aumento da desregulamentação dos movimentos de capitais, bem como o aperfeiçoamento e barateamento das tecnologias de informação, gerou dimensões transnacionais da corrupção. Essa dimensão transnacional desafia o estudo da matéria, levando à discussão da jurisdição extraterritorial, cooperação jurídica internacional, criação de deveres internacionais (tratados e soft law), resultando em um novo marco normativo e institucional interno sobre a temática. Por sua vez, a consolidação da democracia e da proteção de direitos humanos apontou uma nova faceta do fenômeno da corrupção, que vem a ser a percepção do vínculo entre corrupção e fragilidade institucional e ausência de promoção de direitos, em especial os direitos prestacionais sociais. Essa faceta exige o estudo da prevenção e repressão da corrupção por meio de redesenho de instituições do sistema de justiça, com novos instrumentos e aumento de efetividade.</p>
3	Criminalidade e persecução penal	<p>A persecução penal é constitucionalmente atribuída ao Ministério Público, levando a instituição à necessidade de aprofundar os estudos quanto à criminalidade local e transnacional e às novas configurações das organizações criminosas. Além disso, sendo um dos guardiões da Constituição Federal, o Ministério Público tem por função inequívoca observar o devido processo legal e suas garantias, equilibrando o combate às formas criminais modernas e as proteções do sistema acusatório.</p>



4	Diálogos democráticos	A democracia e suas características têm sido estudadas há muito tempo, mas a reflexão sobre a qualidade das democracias modernas foi retomada mais recentemente, em especial na academia. No Brasil, o debate ressurgiu fortemente no contexto da disputa eleitoral para a Presidência em 2018, tendo sido a palavra “democracia” usada por atores com diferentes linhagens ideológicas, cada qual alegando a necessidade de defendê-la. Numa era de constante e intensa transformação como a atual, não é estranho que conceitos clássicos, como democracia, precisam ser revisitados e atualizados à luz das nuances da nova realidade. Mas afinal, o que é a democracia? Quais os seus pressupostos básicos? O que a caracteriza? Como situar esse contexto no panorama político atual, tanto no Brasil como no exterior?
5	Direitos Humanos, memória e políticas de reparação	O programa terá como objetivo estabelecer uma investigação acerca das diversas possibilidades de elaboração de políticas de reparação em relação às violações a direitos humanos que se fazem presentes na sociedade contemporânea, especialmente aquelas que assumem contornos históricos. Serão analisadas, inclusive em perspectiva comparativa, formas e demandas por reparações em diversas modalidades: trabalho de comissões da verdade (impulsionadas pelo Estado ou desenvolvidas pela sociedade civil), esforços de reparação mediante reconhecimento do Estado infrator, demandas de grupos sociais envolvendo violações históricas. Serão examinadas as questões constitucionais ligadas a essas experiências, seja sob a perspectiva dos direitos fundamentais, seja a partir da dimensão institucional das iniciativas e demandas por reparação.
6	Gênero, raça e não discriminação	Este programa busca fomentar estudos interdisciplinares sobre as relações de gênero, raça, etnia, classe, idade e deficiência. As intersecções desses marcadores sociais podem levar à produção de desigualdades e de discriminações que impedem a construção de uma sociedade democrática e igualitária nas esferas pública e privada, principalmente para os grupos mais vulnerabilizados. Serão investigadas as conexões de estudos ligados a esses atravessamentos interseccionais com teorias e instrumentos normativos de direitos fundamentais e de direitos humanos, inclusive do direito antidiscriminatório.



7	Internacionalização do Direito	<p>A atualidade aponta para uma complexificação das relações sociais, processo que é intensificado pela multiplicação das redes de interação entre indivíduos e organizações (públicas e privadas) de diversos países, seja pela facilidade de locomoção, seja pelo desenvolvimento e difusão das tecnologias de comunicação. Como consequência, vê-se o surgimento de problemas sociais também mais complexos e internacionalizados, que desafiam a capacidade das instituições que compõem o modelo tradicional de Estado-nação de fornecer soluções satisfatórias. O fenômeno de internacionalização do direito, inserido nesse contexto, se apresenta, assim, como um caminho ainda em curso, porém irreversível, impondo a necessidade de encontrar novas formas de pensar e refletir sobre a produção normativa e sobre os processos de tomada de decisões jurídicas, no que diz respeito aos mais diversos temas (como os direitos humanos, o comércio internacional, a regulação transnacional do meio ambiente, a criminalidade transnacional, entre outros) em um ambiente de pluralidade de fontes que incidem sobre o mesmo espaço e cada qual com pretensão de supremacia. O objetivo do Programa é, portanto, trabalhar nesse processo de internacionalização do direito na atualidade e seus efeitos sobre o funcionamento das instituições brasileiras, em especial do sistema de justiça.</p>
8	Migrações, refúgio, trabalho escravo e tráfico de pessoas	<p>Questões políticas, religiosas e socioeconômicas, projetos de desenvolvimento, guerras, violência, desastres naturais, violações dos direitos humanos são alguns dos motivos que levam milhares de pessoas a enfrentar o risco de migrar em busca de melhores condições de vida, deslocando-se internamente ou buscando proteção em outro país. Ao sair do seu local de origem enfrentam inúmeros riscos, violações de direitos, vulnerabilidades e exposição à violência e à discriminação. Os deslocamentos humanos são fenômenos que expressam enorme complexidade, exigindo o reconhecimento de identidades individuais e coletivas, a compreensão de fenômenos políticos, econômicos e socioculturais. Compreender o fenômeno da mobilidade humana nacional e transnacional, seus riscos e vulnerabilidades, é fundamental para a garantia de direitos.</p>



9	Ministério Público resolutivo: consensualidade , processo e procedimento	A atuação do Ministério Público busca a produção de resultados sociais significativos. Isso significa que a resolução do conflito e a aplicação apropriada da solução desenvolvida é o principal indicador de qualidade dessa atuação. Nesse sentido, o programa tem como objetivo fomentar a realização de atividades que permitam o desenvolvimento de técnicas judiciais e extrajudiciais de solução de conflitos, seja pela via do consenso ou da decisão judicial. Em relação ao consenso, o programa enfoca as estratégias para a sua produção, os métodos empíricos de avaliação dos resultados, as técnicas para a negociação, elaboração e celebração de acordos. Em relação ao processo, enfoca as estratégias de judicialização, as técnicas processuais para a sua condução e a avaliação concreta de seus resultados.
10	Movimentos e organizações sociais e sindicais	A partir da globalização, da terceirização e de tecnologias criadas na Revolução Digital, as organizações sindicais se fragmentaram mais e, em paralelo, foram rompidos os laços de sociabilidade antes construídos pelo trabalho em um mesmo ambiente fabril. Essas mudanças puseram em xeque a forma e os mecanismos de atuação sindical. No mesmo contexto, novos movimentos sociais vêm surgindo e se legitimaram como atores sociais e interlocutores válidos na busca da cidadania ativa. É preciso estudar a dinâmica desses movimentos e organizações sociais, sua legitimidade, organização e regulamentação. É necessário ainda fomentar a análise dos obstáculos dos movimentos sociais e sindicais nas relações com o Estado, o mercado e a sociedade civil no Brasil.



11	O Futuro do Trabalho	<p>Nas últimas décadas, a tecnologia da informação vem afetando a vida dos trabalhadores. As preocupações giram em torno da invasão de privacidade decorrente do monitoramento eletrônico (videovigilância, audiovigilância, geolocalização, controle de comunicação eletrônica, dados biométricos etc.); da intensificação do trabalho, impulsionada pelo teletrabalho que subverteu o paradigma espaço-temporal da relação empregatícia; da automação e do avanço da inteligência artificial, ameaçando de desaparecimento a figura do trabalhador; e, sobretudo, do surgimento de novas formas de organização do trabalho, entre elas o crowdsourcing, onde sobressalta a externalização produtiva, desterritorializada e nômade, em que o trabalho é prestado por uma multidão de trabalhadores que se encontra em qualquer canto do planeta, afetando a capacidade dos Estados de exercerem sua jurisdição e enfraquecendo os laços de sociabilidade e as instâncias de representação dos trabalhadores.</p> <p>Nesse novo modelo de trabalho precarizado, a força de trabalho entra em leilão pelo menor preço, rompem-se os laços de sociabilidade e dificulta-se a atuação das organizações sindicais. Trata-se de uma realidade global que parece sinalizar para uma nova divisão internacional do trabalho e que demandam articulação transnacional e formação de regras internacionais. Nesse contexto, é importante também analisar as consequências da externalização produtiva, do crescimento da informalidade, do trabalho autônomo, entre outras modalidades de contratação, para o fundo público e para o sistema de seguridade social. Além disso, o futuro do trabalho depende das próprias condições de atuação dos órgãos que compõem o sistema de proteção trabalhista. Pesquisas e projetos de ensino e extensão sobre esta nova realidade são necessários para bem compreendê-la e debatê-la, assim como apontar alternativas para garantir uma vida digna a todos os trabalhadores.</p>
12	Promoção do trabalho decente	<p>Promover o Trabalho Decente significa garantir uma idade mínima para trabalhar, combatendo o trabalho precoce, e prezar pela dignidade do trabalhador ao lhe assegurar: a) emprego produtivo com remuneração justa e suficiente para propiciar um nível de bem-estar aceitável para ele e sua família; b) condições de igualdade, ou seja, de tratamento justo e equitativo, respeitando-se as diferenças e combatendo-se as</p>



		discriminações de gênero, raça, etnia, origem, nacionalidade, idade, orientação sexual, entre outras; c) segurança e saúde no trabalho; d) liberdade para associação e participação em organizações sindicais.
13	Tortura, violência e privação de liberdade	<p>Estudos do IPEA publicizados no Atlas da Violência, registram números alarmantes da violência no Brasil. Segundo os dados oficiais do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), em 2017 houve 65.602 homicídios no Brasil. Trata-se de problema que acomete principalmente a população jovem. Aponta-se que 59,1% do total de óbitos de homens entre 15 a 19 anos de idade são ocasionados por homicídio. Registra-se, ainda, o aumento da violência letal contra públicos específicos, incluindo negros, população LGBTI, e mulheres, nos casos de feminicídio. Os números da violência têm reflexos imediatos no sistema de privação de liberdades, sendo o Brasil um dos países que mais encarceram no mundo. A população carcerária no Brasil já ultrapassou 700 mil presos, despontando como a 3º maior no mundo, levando à superlotação dos presídios e a potencialização das organizações e facções criminosas, a ampliação da violência, dos casos de rebeliões e dos casos de tortura.</p> <p>O debate e o conhecimento sobre as causas e as formas da violência e suas consequências devem ser ampliados e associados à análise dos problemas decorrentes do encarceramento em massa e do congestionamento do sistema prisional; à avaliação dos mecanismos de prevenção e de proteção, processuais e legais, do combate à tortura; do sistema de segurança pública e dos Sistemas Nacional e Internacional de Prevenção e Combate à Tortura; A discussão deve alcançar os problemas relacionados ao desrespeito à identidade de gênero no sistema prisional; à violência contra grupos minoritários; à desigualdade social; à discriminação racial e a avaliação da efetividade dos sistemas de prevenção e proteção e da efetividade das políticas públicas.</p>
14	Vulnerabilidades e inclusão social	Uma das grandes mazelas do mundo contemporâneo relaciona-se à condição de grupos de pessoas que se encontram à margem da sociedade, em processo de exclusão social, em função de fatores socioeconômicos agravados pelo neoliberalismo. Envolve pessoas em condições precárias de trabalho, moradia, saneamento básico, estrutura familiar, entre outras condições que lhes colocam em



		<p>situação de risco social e que minam sua participação na vida da sociedade. O Ministério Público da União, enquanto defensor da ordem democrática e dos direitos sociais e individuais indisponíveis, busca combater essas mazelas e atuar no sentido de buscar a inclusão desses grupos de excluídos cobrando do Estado, das Empresas e da Sociedade ações que garantam a participação igualitária de todos os serem humanos na vida social, independentemente de classe, gênero, orientação sexual, etnia, deficiência, entre outros aspectos.</p>
15	Formação de Docentes	<p>Como as demais escolas de governo, a ESMPU não possui quadro de docentes fixo, o que impõe a necessidade de uma política robusta e constante de formação e capacitação docente, visto a variedade de pessoas que exercem o magistério na ESMPU. Consciente dessa necessidade, a ESMPU instituiu o Programa de Formação de Docentes, cujo objetivo é o constante aperfeiçoamento em competências didáticas e pedagógicas. O Programa possui duas dimensões:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Formação inicial: há um conjunto de membros e servidores do MPU que possuem expertise ímpar em determinada área de atuação, em razão do exercício profissional, mas não possuem conhecimentos pedagógicos e didáticos que permitam eficiente atuação como multiplicadores de conhecimento. A ESMPU, no bojo de sua vocação educacional, preocupa-se com a formação de novos professores com experiência profissional em suas áreas de conhecimento e conhecedores da realidade do MPU.2. Formação Continuada: os docentes também precisam estar em constante reciclagem de conhecimentos sobre metodologias de ensino e de pesquisa e sobre o processo de ensino-aprendizagem, de forma a aperfeiçoar sua didática e técnicas de pesquisa e produção científica. Assim, a formação continuada contribui para o aprimoramento da qualidade das atividades acadêmicas da ESMPU e também para as práticas educativas que ocorrem externamente, mediadas pelos docentes capacitados pela Escola.



16	Governança, Gestão e Inovação	O programa apresentará um cenário teórico e prático sobre Governança, Gestão e Inovação que provoque a reflexão sobre os cenários da administração pública, capaz de identificar a necessidade de transformação e de formação de uma cultura da ética e da eficiência organizacional. Levando-se em consideração, ainda, as consequências inerentes a um contexto cada vez mais digital, a necessidade de promoção da qualidade de vida no trabalho e do desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, alinhadas com os objetivos estratégicos e o permanente aperfeiçoamento da atuação institucional.
17	Idiomas	Vivemos numa sociedade cada vez mais interligada, caracterizada pela internacionalização das relações e da ampliação da produção normativa internacional. Neste ambiente, proliferam atuações de cooperação internacional, ajuda internacional ao desenvolvimento, atuação em redes e foros internacionais, entre outras iniciativas. Neste contexto, o MPU também vem sendo demandado a atuar na esfera internacional, ainda mais em razão do seu mandato constitucional de defesa de direitos e da sociedade. Em atendimento a sua missão de oferecer capacitação contínua aos seus membros e servidores e com o objetivo de sistematizar iniciativas anteriores que buscaram oferecer aperfeiçoamento aos membros do MPU no aprendizado de idiomas, o Programa de Idiomas visa à preparação dos membros do Ministério Público da União para a atuação em foros internacionais.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

ANEXO III

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PDI 2015-2019

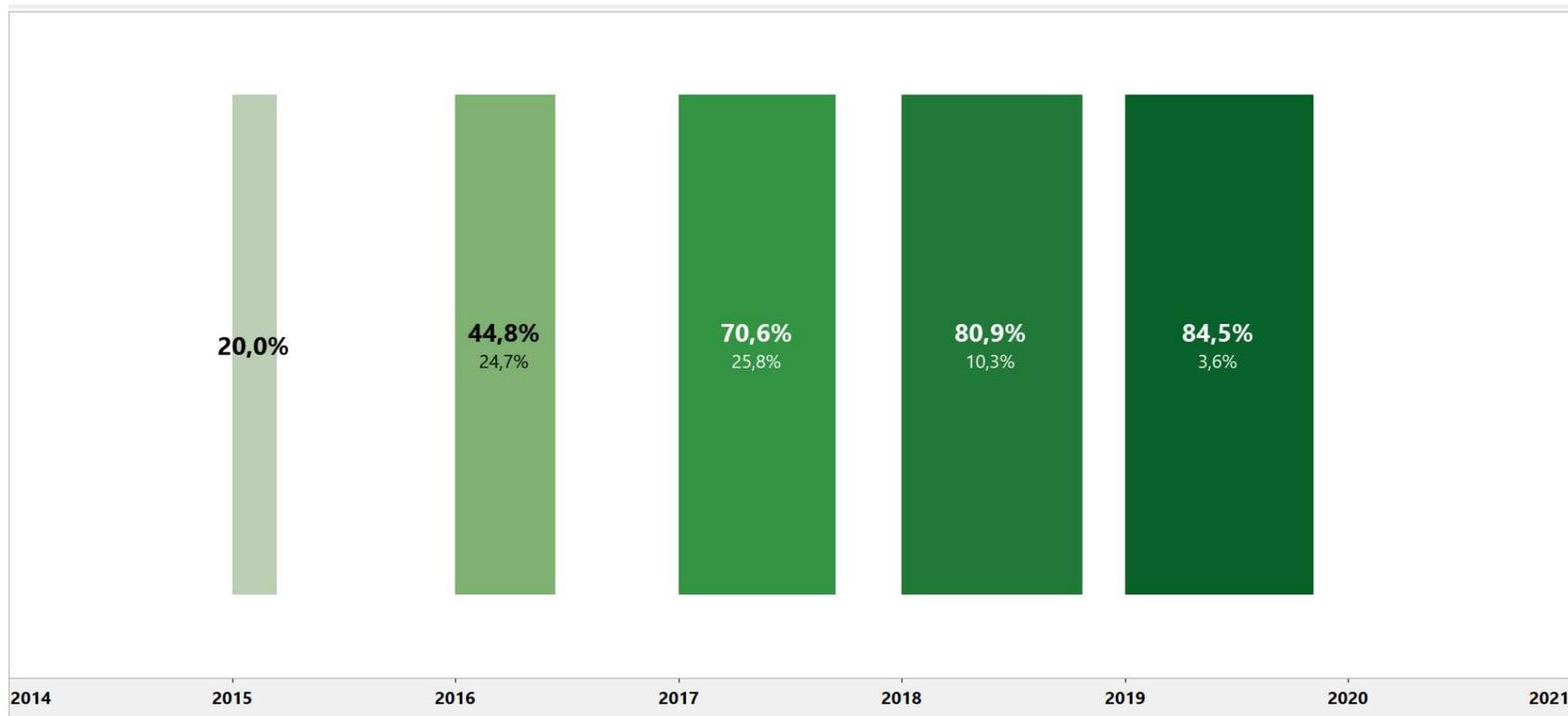


Acompanhamento da Execução do
PDI 2015-2019
Situação em dezembro de 2019

Execução do PDI

% de Desenvolvimento da Estratégia Institucional nos Anos

% Comparativo em relação ao período anterior

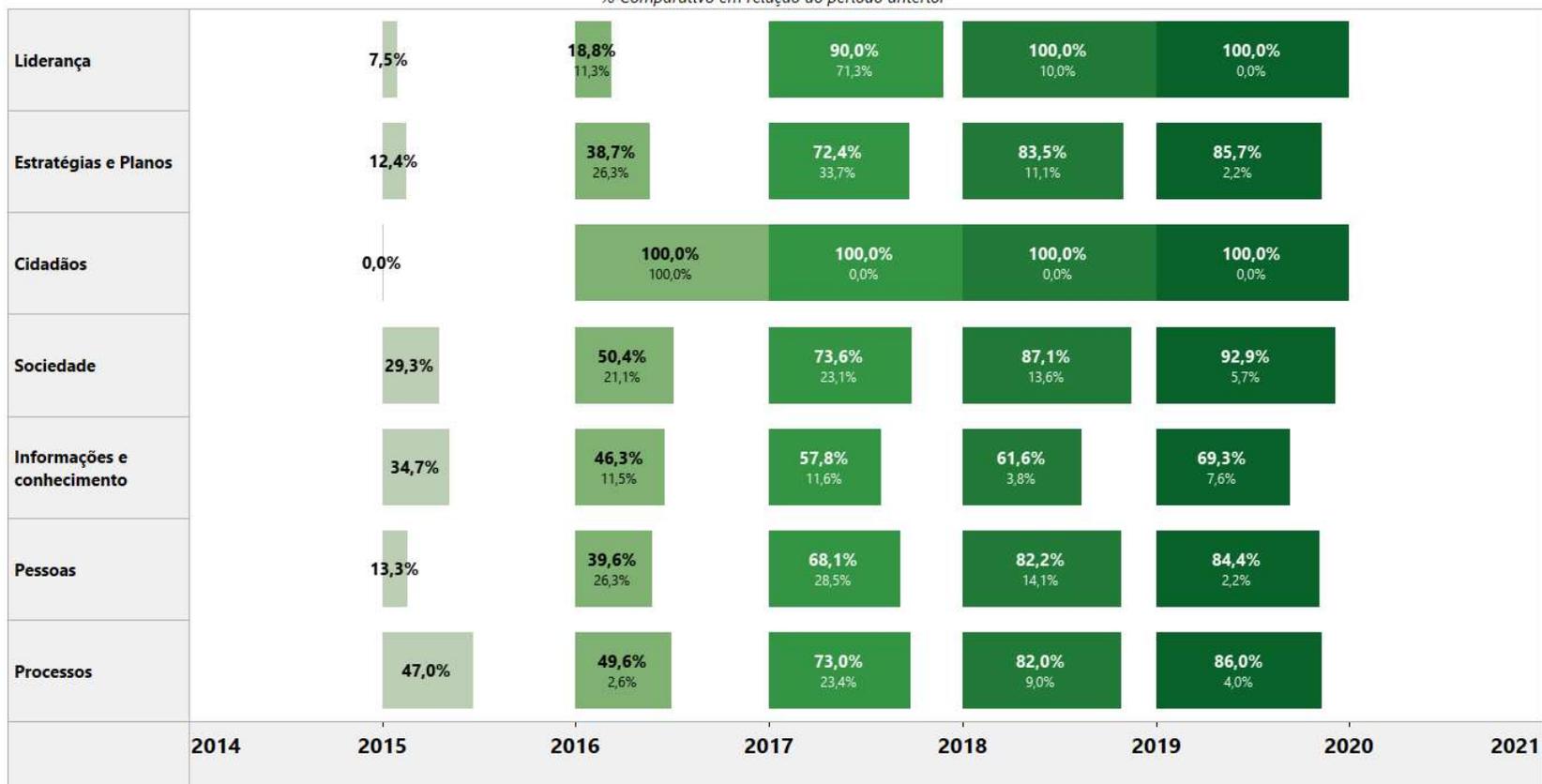


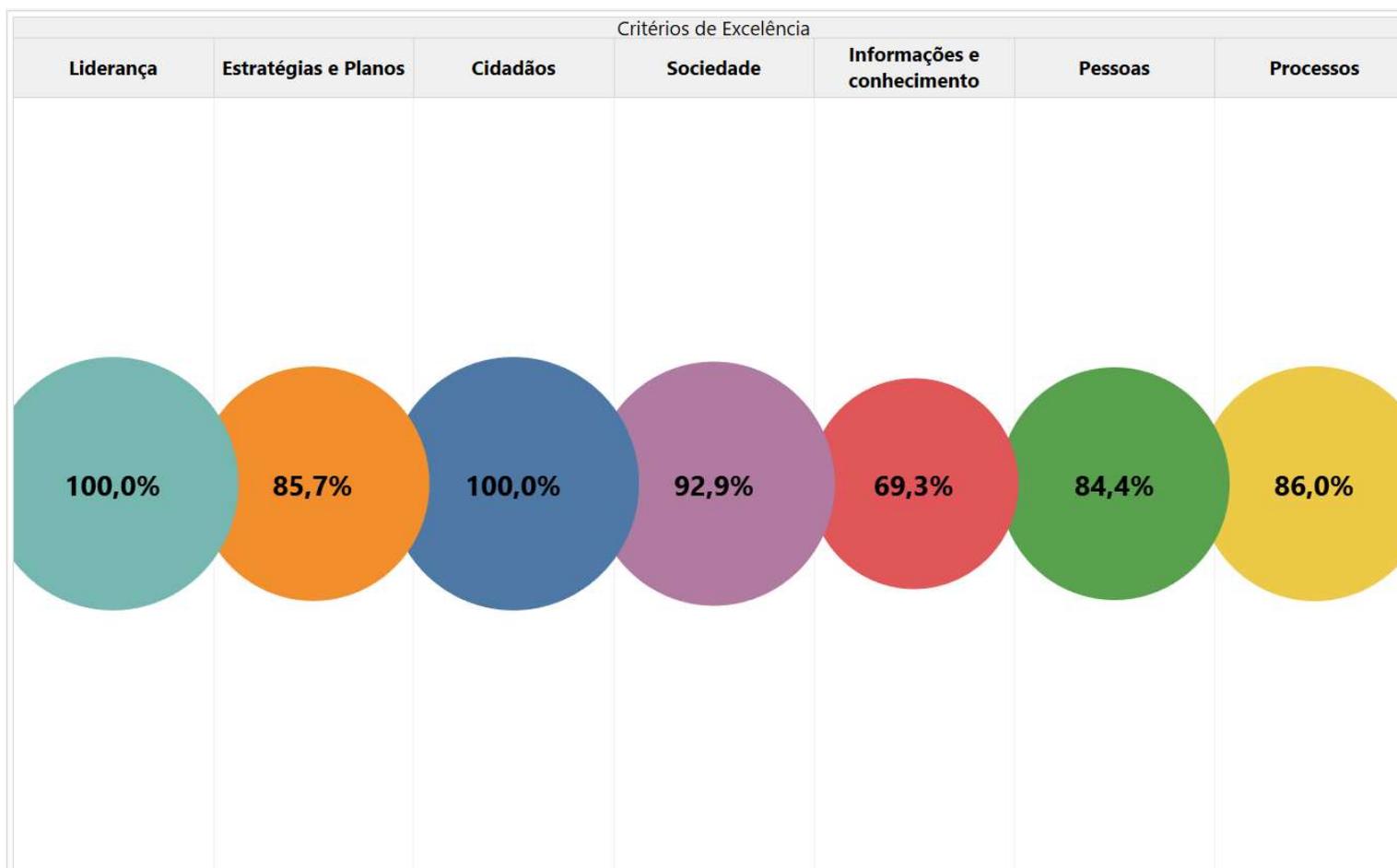


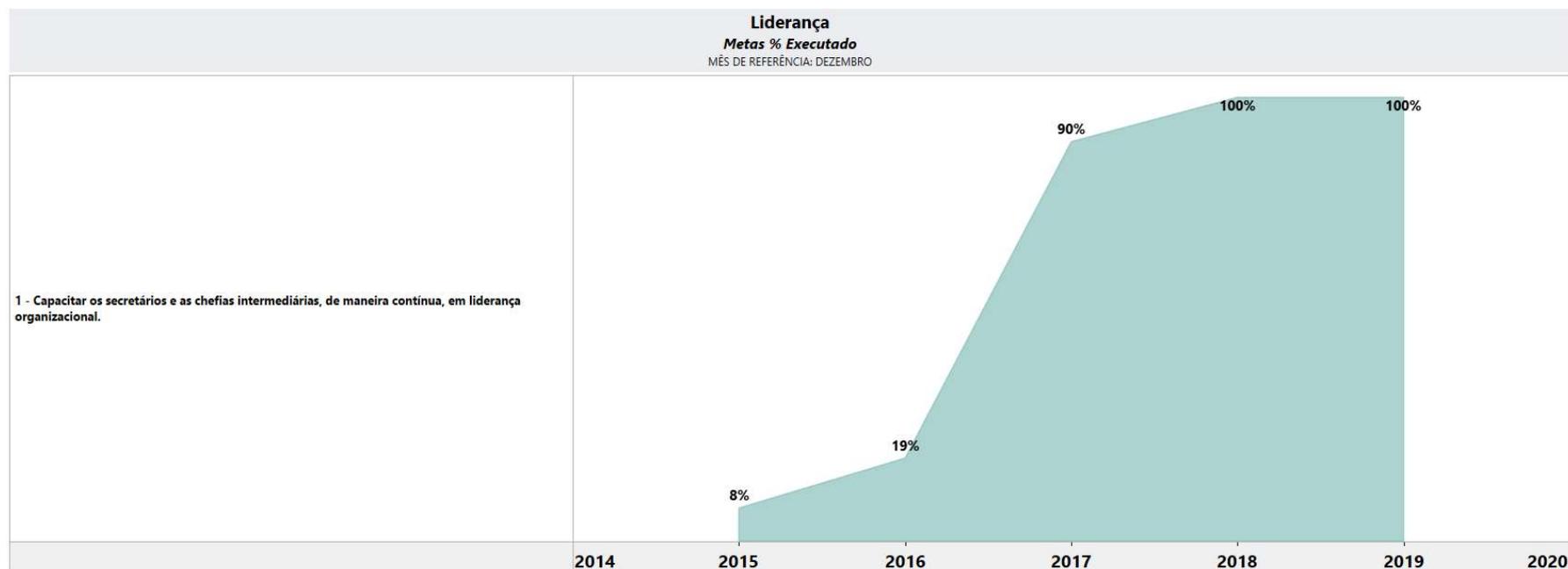
Execução por Critério de Excelência

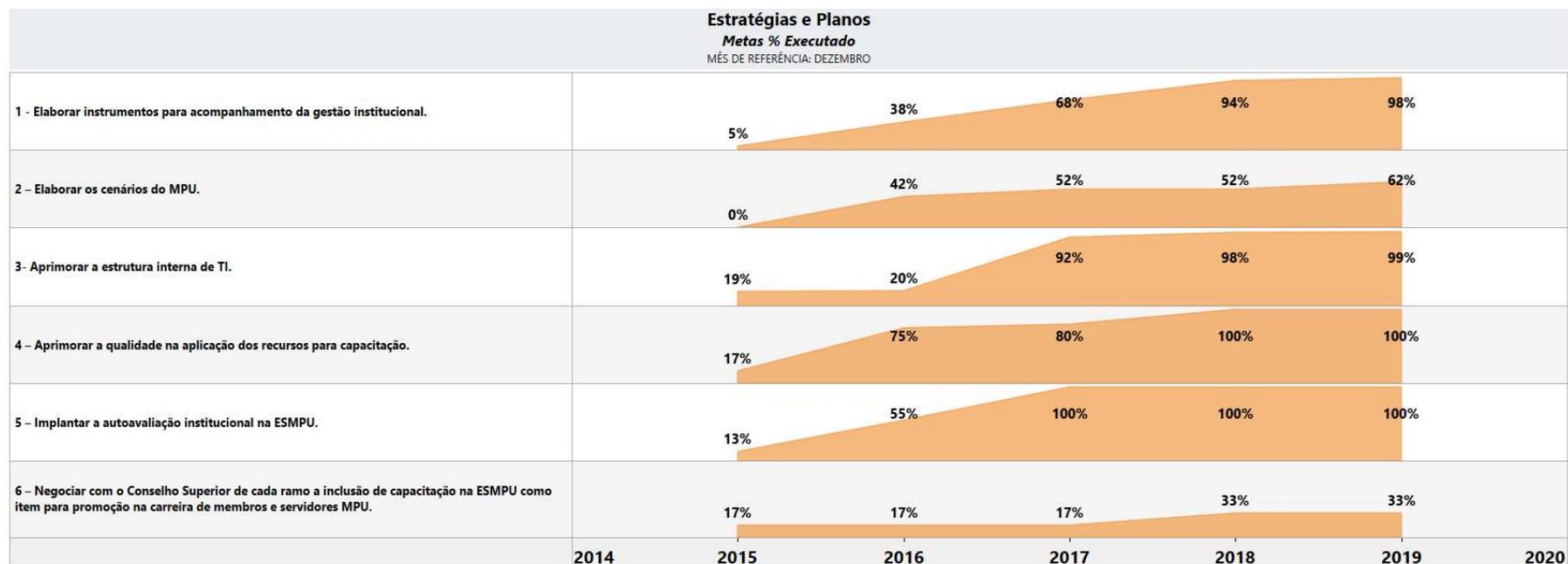
% de Desenvolvimento dos Critério de Excelência nos Anos

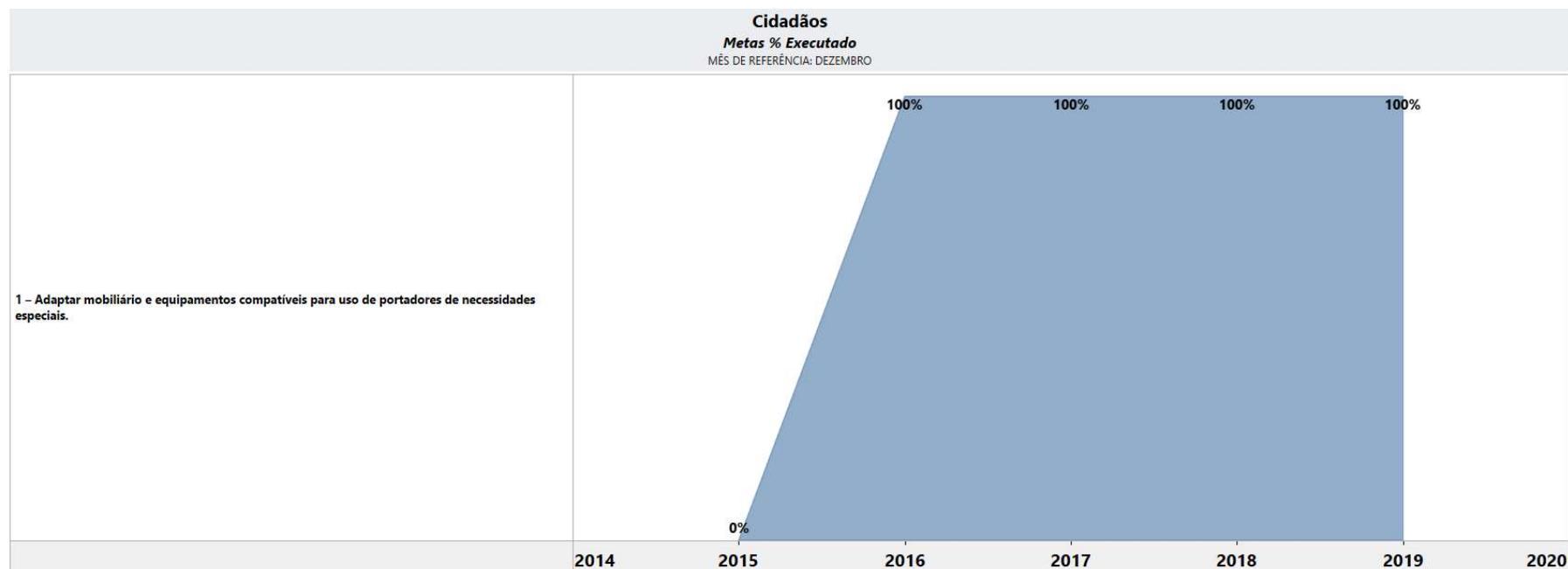
% Comparativo em relação ao período anterior

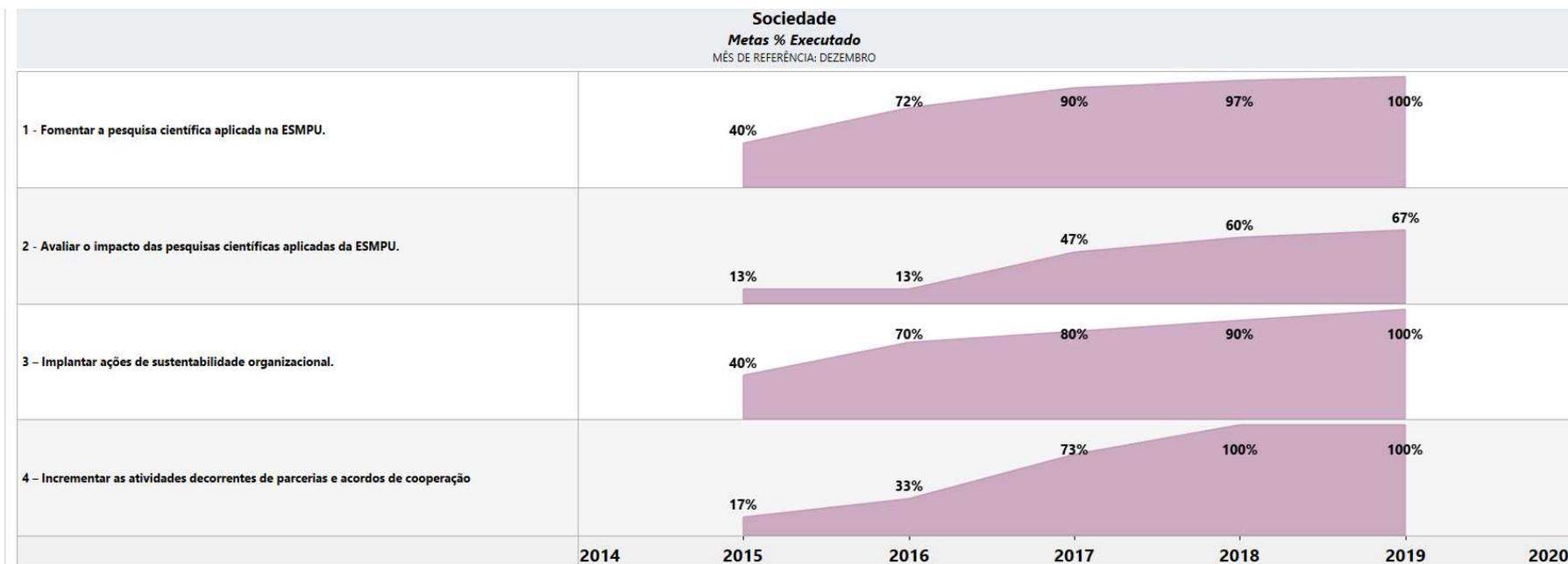


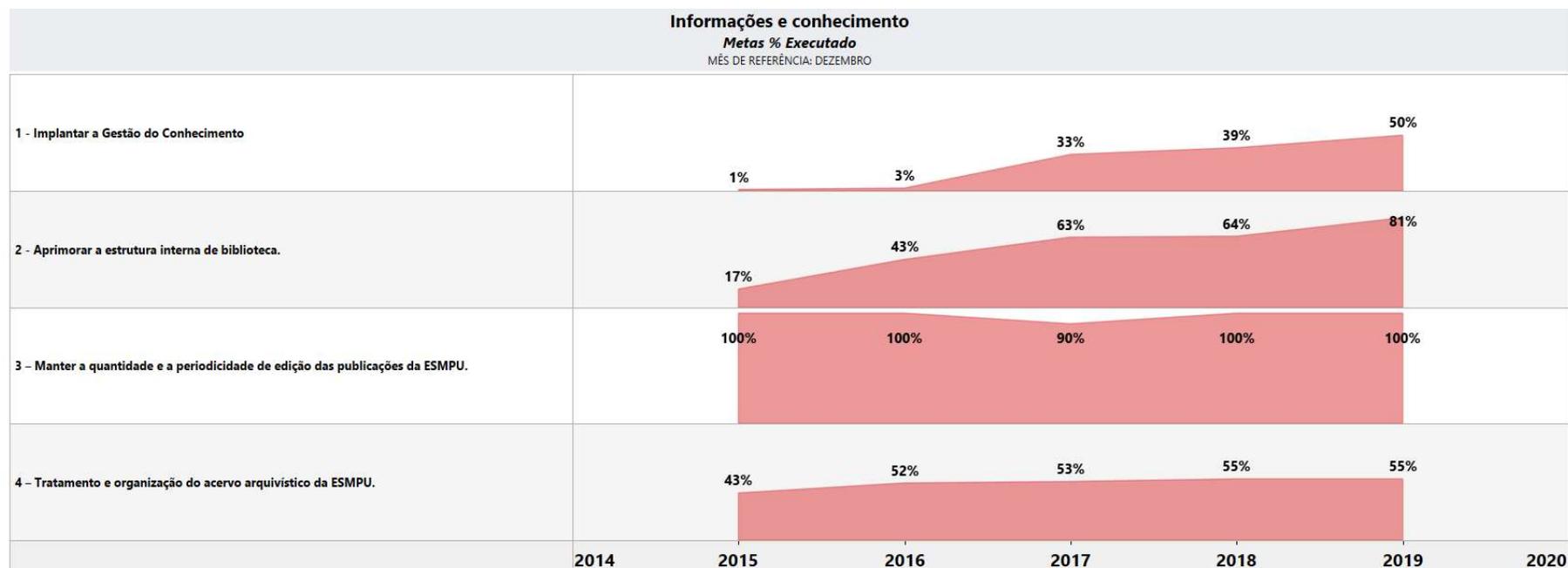




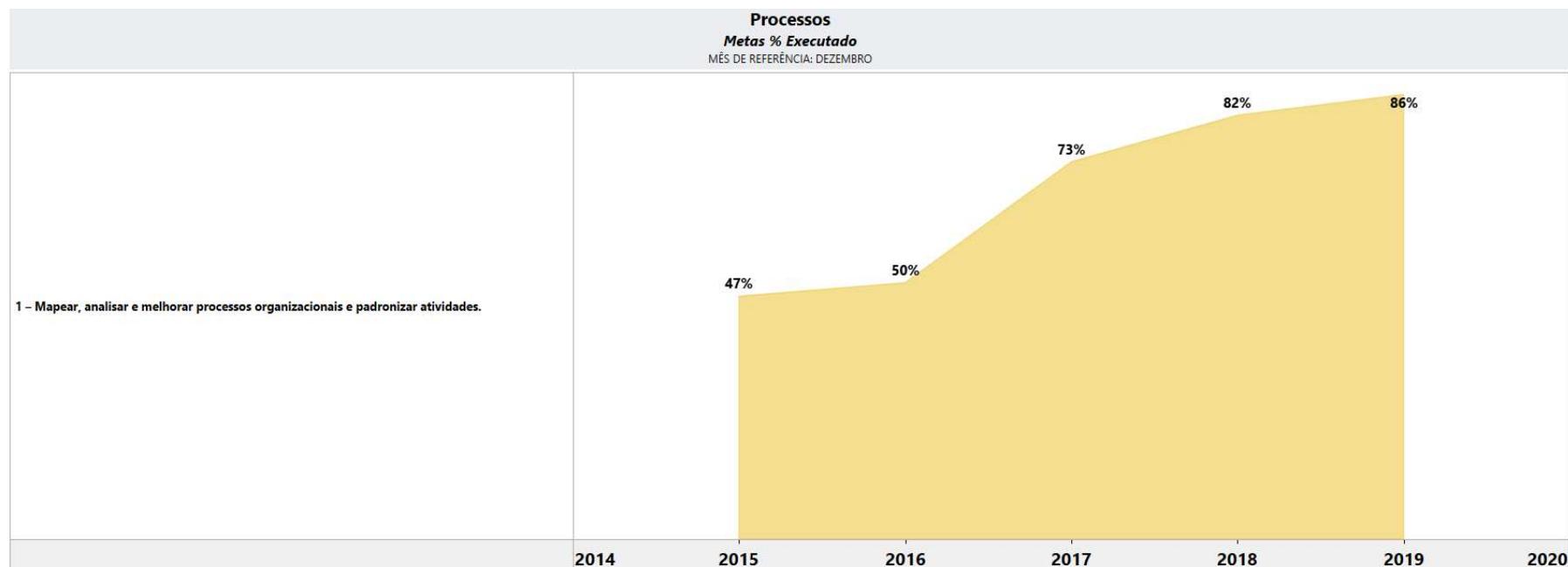








		Pessoas						
		Metas % Executado						
		MÊS DE REFERÊNCIA: DEZEMBRO						
1 - Incrementar o alcance das ações de capacitação da Escola a membros e servidores do MPU.		33%	20%	60%	100%	100%		
2 - Criar ambiente favorável à criatividade e à inovação.		5%	21%	44%	58%	75%		
3 - Capacitar servidores e membros do MPU que atuam como orientadores pedagógicos, capacitadores ou tutores na ESMPU.		13%	48%	100%	100%	100%		
4 - Possibilitar aos membros do MPU a conclusão de pós-graduação stricto sensu entre 5 e 15 anos de admissão no MPU.		16%	44%	54%	100%	100%		
5 - Promover cultura de orientação para resultados.		0%	45%	94%	100%	100%		
6 - Melhorar a estrutura e o conteúdo dos projetos educacionais, atentando para a formalidade dos documentos.		40%	75%	100%	100%	100%		
7 - Implantar o Programa de Gestão por Competências.		0%	0%	0%	0%	0%		
8 - Publicar, na intranet, os dados da Avaliação de Reação e de Impacto.		0%	70%	93%	100%	100%		
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

ANEXO IV

SELEÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA



Seleção pesquisas pré-projetos

Projetos de Pesquisa				
Item	Grupo de Pesquisa	Programa Acadêmico	Título	Objetivo
1	Políticas Públicas	Consumo, Meio Ambiente e Sustentabilidade; Diálogos Democráticos; Direitos humanos, memórias e políticas de reparação; Gênero, raça e etnia; Corrupção, improbidade e criminalidade; Migrações, refúgio, trabalho escravo e tráfico de pessoas; Ministério Público Resolutivo: consensualidade, processo e procedimento; Movimentos e organizações sociais e sindicais; O Futuro do Trabalho	Consolidação das políticas públicas no Brasil	<p>Fortalecer o papel do Ministério Público, como ator governamental e intermediador de atores não governamentais.</p> <p>Estrategicamente permite o entrelaçamento das linhas de pesquisa com os eixos propostos no projeto. Ampliar a visão estratégica das políticas públicas no Brasil, permitindo a consolidação de outros temas e eixos.</p> <p>Permite o desenho das políticas públicas até então adotadas, assim como o redesenho dessas políticas possibilitando o dimensionamento de ações mais efetivas e concretas.</p> <p>O objetivo central do presente trabalho é de levantar argumentos e lançar pistas de forma a contribuir para o estudo científico e dogmático, sem contudo, renunciar a abordagens multidisciplinares necessárias à compreensão do tema.</p> <p>Sem a pretensão de esgotar o tema, este trabalho procura contribuir para o debate democrático das políticas públicas, promovendo reflexões e propostas para o seu adequado aprimoramento e aproveitamento. Além disso, aprofundar e inserir a ESMPU no centro das discussões sobre o tema. Projetar o Brasil no cenário mundial de desenho de políticas públicas, visando a modernização na legislação, a aproximação entre os atores sociais e o fortalecimento da imagem do país no exterior.</p>
2	Políticas Públicas	Diálogos Democráticos	Diálogos democráticos: o papel do Estado e da sociedade civil no (re)desenho das políticas públicas no Brasil	<p>Fortalecer o papel do Ministério Público, como ator governamental e intermediador de atores não governamentais.</p> <p>Ampliar a visão estratégica das políticas públicas primárias no Brasil, tais como: saúde, educação, segurança pública, infraestrutura.</p> <p>Permite o desenho das políticas públicas até então adotadas, assim como o redesenho dessas políticas possibilitando o dimensionamento de ações mais efetivas e concretas.</p> <p>O objetivo central do presente trabalho é de levantar argumentos e lançar pistas de forma a contribuir para o estudo científico e dogmático, sem contudo, renunciar a abordagens multidisciplinares necessárias à compreensão do tema.</p> <p>É necessário, porém, promover um processo de revisão das políticas públicas, especialmente quanto às suas variações mais tradicionais (saúde, educação, segurança pública, infraestrutura), tanto em nível local quanto regional ou até mesmo nacional.</p> <p>Sem a pretensão de esgotar o tema, este trabalho procura contribuir para o debate democrático das políticas públicas, promovendo reflexões e propostas para o seu adequado aprimoramento e aproveitamento. Além disso, objetiva aprofundar e inserir o Brasil no centro das discussões sobre o tema. Projetar o Brasil no cenário mundial de desenho/redesenho de políticas públicas, visando a modernização na legislação, a aproximação entre os atores sociais e o fortalecimento da imagem do país no exterior.</p>

Seleção pesquisas pré-projetos

Projetos de Pesquisa				
Item	Grupo de Pesquisa	Programa Acadêmico	Título	Objetivo
3	Políticas Públicas	Consumo, Meio Ambiente e Sustentabilidade;	O potencial termal brasileiro: resgate dos balneários como incentivo para o turismo no Brasil	<p>Fortalecer o papel do Ministério Público na conservação desses lugares com formações geomorfológicas privilegiadas e promover a proteção ambiental em detrimento da exploração ou abandono por falta de investimentos, resgatando e inserindo-os no cenário nacional e internacional.</p> <p>Lutar contra o abandono e a proteção desse patrimônio histórico como a biblioteca termal do balneário de Poços de Caldas/MG, e o resgate do primeiro hospital termal do Brasil, em Caldas da Imperatriz/SC.</p> <p>Ampliar a visão estratégica das práticas terapêuticas naturais com o turismo brasileiro, valorizando as belas paisagens naturais, melhorando a infraestrutura das regiões turísticas, qualidade nos serviços prestados, modernização na legislação e o fortalecimento da imagem do país no exterior.</p> <p>É uma prática que visa a promoção da saúde, proteção ambiental, geração de emprego, turismo, lazer, resgate de saberes e práticas populares em saúde (HELLMANN e RODRIGUES, 2017). Possibilita aferir as políticas desenvolvimentistas em saúde, meio ambiente e turismo e a efetividade dessas enquanto ações de governo (políticas públicas – ação ou omissão).</p> <p>O uso do termalismo como uma nova possibilidade terapêutica ainda é algo que tende a crescer, pois sua inclusão no SUS é algo ainda recente e permite apontar o papel do Estado na política pública de Desenvolvimento Sustentável, investigando as relações entre Direito Ambiental, turismo, práticas de saúde e bem-estar na sociedade contemporânea.</p> <p>Aprofundar e inserir o Brasil no centro das discussões sobre Termalismo e Crenoterapia, com vistas à consolidação de uma política direcionada de aproveitamento consciente dos recursos naturais, dentre eles, as águas termais. Fortalecer e integrar associações. Fortalecer políticas públicas, em especial as que protejam os recursos hídricos brasileiros.</p> <p>Projetar o Brasil no cenário termal mundial.</p>

Seleção pesquisas pré-projetos

Projetos de Pesquisa				
Item	Grupo de Pesquisa	Programa Acadêmico	Título	Objetivo
4	Políticas Públicas	Consumo, Meio Ambiente e Sustentabilidade;	Proteção dos sistemas aquíferos interestaduais e internacionais: diálogos com órgãos mundiais de proteção ambiental	<p>Fortalecer o papel do Ministério Público na conservação desses lugares com formações geomorfológicas privilegiadas e promover a proteção ambiental em detrimento da exploração ou abandono por falta de investimentos, resgatando e inserindo-os no cenário nacional e internacional.</p> <p>Lutar contra o abandono e a proteção desse patrimônio e das áreas no entorno, visando a utilização industrial, agrícola e o consumo humano.</p> <p>Ampliar a visão estratégica de utilização e mapeamento do SAG.</p> <p>O objetivo do presente trabalho foi levantar argumentos e não mostrar que a água subterrânea é sempre superior e mais vantajosa em detrimento das águas superficiais, chamando a atenção para o fato de que quando se tem atribuição a dois domínios, estes devem ser melhor caracterizados, para que não se chegue a interpretações duvidosas, tendo em conta a característica específica de cada recurso.</p> <p>É necessário, porém, promover um processo de revisão das leis e das políticas públicas, especialmente quanto à proteção dos recursos hídricos subterrâneos. Nesse sentido, necessita-se da implementação de políticas públicas, tanto em nível regional quanto internacional.</p> <p>Sem a pretensão de esgotar o tema, este trabalho procura contribuir para tal elucidação, promovendo reflexões e propostas para o adequado aprimoramento da gestão dos recursos hídricos, em especial os subterrâneos. Além disso, vem promover uma efetiva gestão das águas subterrâneas, visa contribuir para a sustentabilidade e uso racional da disponibilidade hídrica.</p> <p>Aprofundar e inserir o Brasil no centro das discussões sobre recursos hídricos subterrâneos internacionais, promovendo proteção, a utilização racional, e evitando contaminações transfronteiriças.</p> <p>Fortalecer e integrar associações de recursos hídricos. Fortalecer políticas públicas, em especial as que protejam os recursos hídricos brasileiros.</p> <p>Projetar o Brasil no cenário mundial de proteção dos recursos hídricos subterrâneos, visando a modernização na legislação e o fortalecimento da imagem do país no exterior.</p> <p>Canal de diálogo e fortalecimento com grandes organizações mundiais como UNESCO (ONU), UNASUL, OEA, OMME.</p> <p>Possibilidade de estender a declaração de patrimônio mundial da humanidade ao Sistema Aquífero Alter do Chão, também situado no Brasil.</p>

Seleção pesquisas pré-projetos

Projetos de Pesquisa				
Item	Grupo de Pesquisa	Programa Acadêmico	Título	Objetivo
5	Políticas Públicas	Vulnerabilidade e inclusão social	Tecnologias assistivas, democracia e inovações: assistência humana para pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e tratamentos alternativos	<p>Generalizar o uso das figuras da metodologia em tecnologia assistiva (Picture Exchange Communication System – PECS) aprendidos através da aplicação do método TEACCH, para o contexto familiar. Segundo a PECS-Brasil, o sistema começa ensinando a pessoa a trocar a figura de um item desejado pelo próprio item com um “parceiro de comunicação”. A seguir o sistema ensina a pessoa a discriminação de figuras e como juntá-las formando sentenças.</p> <p>Em linhas específicas, objetiva-se favorecer o uso da comunicação através das figuras no ambiente familiar.</p> <p>Facilitar a independência na comunicação e a orientação de rotinas do ambiente familiar.</p> <p>Capacitar os familiares quanto ao uso das figuras.</p> <p>Adaptar o ambiente familiar a fim de estruturá-lo.</p> <p>Criar uma agenda de atividades.</p> <p>Facilitar a comunicação de alterações nas rotinas.</p> <p>Adoção de políticas públicas uniformes para capacitar pais, cuidadores e professores.</p> <p>Fortalecer o papel do professor, aos quais devem receber orientações adequadas para manejo comportamental em sala de aula, baseadas na análise do comportamento, sendo importante:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ter conhecimento teórico atualizado sobre os tratamentos de cada aluno, segundo seu grau de dificuldade; - ter conhecimento prático sobre o aluno; - estabelecer um canal de comunicação com o aluno; - ter tolerância à frustração, persistência e consistência; - orientar as famílias dos alunos e trabalhar em parceria; - ter sensibilidade; - ser afetuoso; firme; seguro; emocionalmente estável; assertivo; organizado; sereno; entusiasmado. <p>Fortalecer o papel do Ministério Público elemento direcionador e formador de políticas públicas neste segmento.</p> <p>Sem querer explorar a complexidade que o tema requer, o projeto possibilita desmistificar o direito da pessoa com espectro autista, além de melhorar sua confiança e autoestima, vez que em muitos aspectos são pessoas limitadas em relacionamento social, mas geralmente com grandes dotações intelectuais para outras atividades, com chances de se destacarem amplamente.</p> <p>Lutar contra o abandono de políticas públicas em Tecnologias assistivas, democracia e inovações: assistência humana para pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e tratamentos alternativos.</p> <p>Ampliar a visão estratégica das práticas terapêuticas, valorizando o ambiente familiar e escolar.</p>

Seleção pesquisas pré-projetos

Projetos de Pesquisa				
Item	Grupo de Pesquisa	Programa Acadêmico	Título	Objetivo
6	Políticas Públicas	Formação de Docentes	Uniformização das metodologias acadêmicas no Brasil	<p>Fortalecer o papel da ABNT enquanto formadora de diretrizes específicas para a regulação de documentos acadêmicos no Brasil, com a criação de uma única norma acadêmica a ser seguida por pesquisadores e docentes em território brasileiro.</p> <p>Intuir o papel do Ministério Público brasileiro na elaboração dessa diretriz única e no fortalecimento e consolidação da ABNT quanto às normas documentais a serem seguidas pelas instituições de ensino e revistas situadas em território nacional.</p> <p>Lutar contra o abandono da norma acadêmica que rege a descrição documental em estudos acadêmicos brasileiros, visando a proteção intelectual desse patrimônio bibliográfico.</p> <p>Ampliar a prática metodológica da ABNT no âmbito da qualidade de seus serviços prestados, modernização na legislação e o fortalecimento de regras acadêmicas mais estruturadas, impedindo que regras desenvolvidas em instituições ou revistas estrangeiras sejam aplicadas no âmbito do território nacional.</p> <p>Visa a uniformização de regras acadêmicas claras e objetivas perante as instituições de ensino e revistas acadêmicas.</p> <p>Fortalece o papel institucional das Universidades e dos formadores de opinião no país.</p> <p>O modelo contrapõe-se a adoção no Brasil, das normas da American Psychological Association-APA, tendo como objetivo sistematizar e reafirmar as regras da ABNT relativas a estilo de escrita, estrutura, conteúdo e formatação de um artigo científico, auxiliando na estruturação de trabalhos, facilitando a publicação dos artigos acadêmicos, dando credibilidade e visibilidade aos autores e à Instituição junto à comunidade acadêmica e científica brasileira e internacional.</p>
7	Acesso à Justiça	Ministério Público resolutivo: consensualidade, processo e procedimento	Acesso coletivo à justiça: desafios de eficiência e economicidade	<p>Mapear e avaliar a contribuição do Ministério Público da União no acesso coletivo à justiça, tanto do ponto de vista da economicidade para o sistema de justiça, quanto da efetividade para os destinatários da prestação jurisdicional.</p>

Seleção pesquisas pré-projetos

Projetos de Pesquisa				
Item	Grupo de Pesquisa	Programa Acadêmico	Título	Objetivo
8	Movimentos Sociais	Movimentos e organizações sociais e sindicais	Ministério Públicos, sindicatos e movimentos sociais: interações e percepções mútuas	(a) identificar e analisar padrões de interação entre Ministério Público, sindicatos e movimentos sociais*; e (b) avaliar percepções de membros dessas instituições sobre interações entre elas.
9	Sistema de Justiça Penal e Segurança Pública	Internacionalização dos direitos; Direitos humanos, memórias e políticas de reparação; Gênero, raça e etnia; Corrupção, improbidade e criminalidade; Migrações, refúgio, trabalho escravo e tráfico de pessoas; Ministério Público Resolutivo: consensualidade, processo e procedimento; Proteção de pessoas ameaçadas; Tortura, violência e privação de liberdade; Criminalidade e perseguição penal.	Cooperação jurídica internacional em matéria criminal na Justiça Federal	Identificação do "mapa da cooperação jurídica internacional (CJI) na matéria penal" no sistema de justiça federal, enfocando o (i) tipo de cooperação pleiteada ou recebida (cooperação ativa e passiva), (ii) o tempo de cumprimento do pedido cooperacional por órgão interveniente e (iii) a identificação de deliberações sobre a legitimidade ou ilegitimidade do que é produzido no pedido cooperacional.
10	Sistema de Justiça Penal e Segurança Pública	Internacionalização dos direitos; Direitos humanos, memórias e políticas de reparação; Gênero, raça e etnia; Corrupção, improbidade e criminalidade; Migrações, refúgio, trabalho escravo e tráfico de pessoas; Ministério Público Resolutivo: consensualidade, processo e procedimento; Proteção de pessoas ameaçadas; Tortura, violência e privação de liberdade; Criminalidade e perseguição penal.	Direitos e garantias no processo penal conforme a Convenção Americana de Direitos Humanos	Construir um modelo convencionalmente adequado de atuação dos diversos atores na demanda criminal e, em especial do Ministério Público, desde a fase pré-processual até o trânsito em julgado
11	Sistema de justiça penal e segurança pública	Gênero, raça e não discriminação; Corrupção, improbidade e criminalidade; Tortura, violência e privação de liberdade	O fluxo do sistema de justiça criminal no Distrito Federal	Descrever o mapa da criminalidade do Distrito Federal. O objetivo específico da primeira etapa é descrever o fluxo do sistema de justiça criminal no ano de 2018. O estudo evidenciará as correlações entre denúncias e arquivamentos, as incidências penais, o tempo da investigação policial e outros dados disponíveis na base utilizada (perfil dos autores e vítimas) (Sisproweb). Na segunda etapa, o objetivo específico é, com base na análise de campo, analisar detalhadamente o fluxo das mortes violentas pelo sistema de justiça criminal do Distrito Federal. O estudo permitirá compreender como as mortes violentas são processadas pelo sistema de justiça criminal, o desempenho da atividade policial no esclarecimento dos casos, os perfis dos autores e vítimas.
12	Sistema de justiça penal e segurança pública	Gênero, raça e não discriminação; Corrupção, improbidade e criminalidade; Tortura, violência e privação de liberdade	Análise e diagnóstico de homicídios no Distrito Federal em 2018	A elaboração do diagnóstico preliminar da distribuição espacial dos homicídios registrados no Distrito Federal, no ano de 2018, de forma a compreender as principais características dos autores e vítimas, bem como outros dados pertinentes:· Perfil da vítima;· Taxas de identificação preliminar de autores/suspeitos; meio empregado;· hora, dia e local das ocorrências;· áreas da cidade com maior concentração.
13	Sistema de justiça penal e segurança pública	Gênero, raça e não discriminação; Corrupção, improbidade e criminalidade; Tortura, violência e privação de liberdade	A corrupção no sistema de Justiça Federal	A elaboração de análise do fluxo do sistema de justiça federal, e pretende replicar a metodologia de análise estatística documental utilizada na pesquisa "A investigação e a perseguição penal da corrupção e dos delitos econômicos no sistema de justiça federal", financiada pela ESMPU.

Seleção pesquisas pré-projetos

Projetos de Pesquisa				
Item	Grupo de Pesquisa	Programa Acadêmico	Título	Objetivo
14	Sociedade e Trabalho	O Futuro do Trabalho	Reforma Trabalhista: interpretação, tendências sobre o futuro das relações de trabalho e formas de atuação do Ministério Público	Situar a Reforma Trabalhista na história e suas possíveis implicações política, econômica, jurídica e social; (b) analisar as modificações legislativas introduzidas pela Lei n. 13.467/2017; (c) analisar as atuais posições nos planos teórico e pragmático acerca do tema; (d) analisar a forma de atuação do Ministério Público frente à Reforma Trabalhista, caso seus termos sejam mantidos, com a improcedência dos pedidos de declaração de inconstitucionalidade e inconveniência; (e) analisar e apontar sinalizações sobre o futuro das relações de trabalho no Brasil em cotejo com as novas tecnologias (aplicativos, robóticas, plataformas digitais etc.), as novas tendências verificadas em outros países e a Reforma Trabalhista no Brasil.
15	Direitos Humanos	Internacionalização do Direito; Direitos Humanos, memória e políticas de reparação; Ministério Público Resolutivo: consensualidade, processo e procedimento	A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão: definição, atribuições, conflitos e dimensão internacional	Uma definição da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão a partir dos aportes teóricos e da experiência prática, com a explicitação das atribuições institucionais, o levantamento dos conflitos com outros órgãos e a explicitação da dimensão internacional de sua atuação.
16	Direitos Humanos	Direitos Humanos, memória e políticas de reparação	As implicações de direitos humanos nos programas e grupos de pesquisa da ESMPU	
17	Direitos Humanos	Direitos Humanos, memória e políticas de reparação	Direitos previdenciários e assistenciais em face da reforma constitucional do sistema previdenciário	
18	Gênero e Raça	Gênero e raça e não discriminação	Os impactos da cruzada antigênero na violação de direitos humanos e fundamentais no Brasil	Avaliar os impactos da cruzada antigênero na violação dos direitos humanos e fundamentais
19	Gênero e Raça	Gênero e raça e não discriminação	Perfil, representações socioculturais e formação profissional de membras e membros do Ministério Público da União: análise do ideário profissional sobre acesso a direitos e equidade de gênero e raça em perspectiva interseccional	Conhecer e analisar o perfil, as representações e a formação profissional das membras e membros dos distintos ramos do Ministério Público da União
20	Gênero e Raça	Gênero e raça e não discriminação	A utilização do Cadastro Nacional de Violência Doméstica do CNMP como instrumento para a construção de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher	O programa busca avaliar a alimentação do CNVD/CNMP pelos diversos Ministérios Públicos, e extrair dados do banco de dados, mediante realização de cruzamentos de dados, informações qualificadas sobre o perfil dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, índices de recidiva e fatores de risco, de forma a subsidiar a construção de políticas públicas de prevenção individualizadas a cada unidade federativa do Brasil, sua fiscalização pelo Ministério Público, bem como informações sobre o acesso à justiça nestes casos, fornecendo um retrato da atuação do sistema de justiça. Pretende-se selecionar , selecionando 5 Estados e avaliar a qualidade dos dados alimentados no sistema, apresentando propostas de aperfeiçoamento da alimentação do banco de dados, contribuindo para a consolidação desta política pública nacional do Ministério Público Brasileiro, com repercussões na atuação do MPDFT (nível distrital) e do MPF (nível nacional).

Seleção pesquisas pré-projetos

Projetos de Pesquisa				
Item	Grupo de Pesquisa	Programa Acadêmico	Título	Objetivo
21	Internacionalização	Internacionalização do direitos; Gênero, raça e não discriminação; Direitos Humanos, memória e políticas de reparação	A proteção internacional dos direitos dos povos indígenas e tradicionais no diálogo com as cortes brasileiras	Entender como se dá o diálogo institucional entre o Sistema de Justiça brasileiro e os órgãos de decisão do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, de forma a entender como ocorre na prática o exercício do controle de convencionalidade na temática dos direitos dos povos indígenas e tradicionais.
22	Internacionalização	Internacionalização do Direito	Pluralismo jurídico e a atuação do Ministério Público	Avaliar e Identificar métodos (exitosos e não exitosos) de atuação do Ministério Público brasileiro sob a ótica do pluralismo jurídico e os desafios na defesa dos índios a partir da experiência da jurisprudência da Corte Interamericana dos Direitos Humanos e de outras Cortes Constitucionais da América Latina
23	Internacionalização	Internacionalização do Direito	A atuação do Ministério Público Federal na temática de migração e refúgio	Investigar a atuação do Ministério Público Federal em procedimentos relacionados à migração e ao refúgio.
24	Internacionalização	Internacionalização do Direito	Diálogo entre o direito internacional dos direitos humanos e a ordem constitucional na América Latina: um estudo jurisprudencial	Investigar os diálogos travados entre cortes constitucionais, no âmbito da América Latina, sobre o impacto do direito internacional dos direitos humanos na ordem constitucional.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO – ESTRUTURA INTERNACIONAL PARA RELATO INTEGRADO



ESMPU



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DECLARAÇÃO

Os responsáveis pela Governança do Órgão, declaram a adequação do Relatório Integrado 2019 da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) às diretrizes estabelecidas nos normativos do Tribunal de Contas da União (TCU) e, também da Estrutura Internacional para Relato Integrado do *International Integrated Reporting Council (IIRC)*.

O presente relatório foi elaborado de maneira integrada, com envolvimento de toda a gestão da ESMPU, demonstrando que os recursos aplicados contribuíram para concretização dos objetivos estratégicos e metas contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e agregaram valor à sociedade.



Documento assinado eletronicamente por **VOLKER EGON BOHNE**, **Secretário de Planejamento e Projetos/SEPLAN**, em 29/01/2020, às 15:04 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **MOISES JACOBINO DE MORAIS**, **Secretário de Tecnologia da Informação/STI**, em 29/01/2020, às 15:10 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **IVAN DE ALMEIDA GUIMARÃES**, **Secretário de Administração**, em 29/01/2020, às 15:18 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA HELENA BEZERRA**, **Secretário Substituto de Infraestrutura e Logística Educacional**, em 29/01/2020, às 15:48 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **João Akira Omoto**, **Diretor-Geral da ESMPU**, em 29/01/2020, às 16:06 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.escola.mpu.mp.br/sei/autenticidade> informando o código verificador **0214014** e o código CRC **032B268A**.

SGAS Avenida L2 Sul, Quadra 604 Lote 23 - Bairro Asa Sul - CEP 70200-640 Brasília - DF
Telefone: (61) 3313-5115 - <http://escola.mpu.mp.br/>

Processo nº: 0.01.000.1.000046/2020-56
ID SEI nº: 0214014